

O PENSAMENTO POLÍTICO DE VIKTOR E. FRANKL

VIKTOR FRANKL'S POLITICAL THOUGHT

Ivo Studart Pereira

Resumo. Este artigo pretende discutir os aspectos mais relevantes do pensamento político de Viktor Emil Frankl, cujo trabalho reflete os desafios fundamentais do século XX. Ao longo da investigação, enfatizamos o esforço de Frankl em preservar a dignidade humana contra o sociologismo, e, também, contra a manipulação e instrumentalização do poder político, discutindo também os quatro sintomas da neurose coletiva atual: atitude existencial provisória, atitude fatalista diante da vida, pensamento coletivista e fanatismo. Como conclusão, chegamos a analisar o compromisso político de Frankl, profundamente influenciado por um forte imperativo ético, que leva a sua defesa do monantropismo, a ideia da unidade da humanidade.

Palavras chave: Política; Logoterapia; Ética.

Abstract. This paper aims to discuss the most relevant aspects of Viktor Emil Frankl's political thought, whose work reflects the fundamental challenges of the 20th Century. Throughout the investigation, we've stressed Frankl's effort to preserve human dignity against sociologism, and also against manipulation and instrumentalization by the political power, also discussing the four symptoms of the current collective neurosis: provisional existential attitude, fatalistic attitude towards life, collectivist thinking, and fanaticism. As a conclusion, we came to analyze Frankl's political commitment, deeply influenced by a strong ethical imperative, which leads to his defense of Monantropism, the idea of the unity of mankind.

Key words: Political; Logotherapy; Ethical

O presente trabalho tem, como fio condutor de sua reflexão, uma tentativa de análise acerca da natureza política do legado de Viktor Emil Frankl. Cabe, de início, o questionamento: “existe um pensamento político na obra de Viktor Frankl”? Tal pergunta se legitima pelo estigma comum que as escolas de psicoterapia carregam em seu bojo, no sentido de sobrevalorizar a ênfase no indivíduo abstrato, negligenciando os processos históricos que também o constituem concretamente. Ora, já nos anos 1980, a grande teórica brasileira Silvia Lane nos alertava para o fato de que “toda a psicologia é social” (Bock et al, 2007). Nesse sentido, cremos que a logoterapia não é diferente, na medida em que tal escola psicológica se ocupa de pensar, criticamente, o *locus* social do indivíduo num contexto amplo de análise, além de denunciar tendências e atitudes psíquicas coletivas que podem enfraquecer o homem como ser político.

De fato, para adentrarmos a dimensão política do pensamento deste psiquiatra e filósofo vienense, é imprescindível que nos debruçemos sobre seu percurso enquanto testemunha e personagem da história de um século cujas lições ainda se mostram difíceis de assimilar. Frankl (1905 – 1997) viveu seus noventa e dois anos inteiramente no século XX e testemunhou, como poucos, a miséria, a fome e a violência das duas primeiras guerras mundiais. Foi vítima da loucura racial perpetrada pelo regime de Adolph Hitler. Foi um pacifista que temeu a bomba atômica durante a Guerra Fria. E, sobretudo, foi um ser humano que sofreu com o questionamento a respeito da existência de um sentido para a vida. Não é sem relevância que, ao ser perguntado por Franz Kreuzer sobre “como descobriu sua teoria”, Frankl responde que elaborara a logoterapia, em primeiro lugar, para si mesmo, como uma espécie de antídoto pessoal contra o niilismo (Frankl, 2000). Assumi aí, sem qualquer embaraço, a ideia de que, no final das contas, o que cada fundador de escolas em psicoterapia faz é recontar a história de seu próprio sofrimento sob a perspectiva de uma cura. Viu, por fim, prosperar

sua tese fundamental: a de que a vida humana tem sentido, mesmo sob as piores circunstâncias. Ao menos, é isso que se compreende quando se constata a existência de 106 organizações de logoterapia espalhadas em 24 países no mundo inteiro, para nos atermos, unicamente, a esses dois dados¹.

Nesse contexto, vislumbramos, ao longo da extensa produção intelectual do pai da logoterapia, sua luta intransigente na proteção do valor do indivíduo frente à força do Estado massificador, como um pioneiro da defesa do conjunto de princípios e valores que, posteriormente, se consolidariam na moderna concepção dos direitos humanos². Assim sendo, sua oposição incansável à tríade reducionista (isto é, o biologismo, o psicologismo e o sociologismo) e a denúncia do niilismo ideológico neles arraigado revelam uma contribuição que vai muito além dos limites da ciência psicológica. Não foi sem razão que Madre Teresa de Calcutá – num gesto de grandiosa humildade, mas também de reconhecimento – escreveu ao Comitê Sueco renunciando seu Prêmio Nobel da Paz de 1979 em favor de Viktor Frankl, que também havia sido indicado na época (Pintos, 2007, p. 139). Ainda na esteira de sua postura a favor da paz, cabe citar que a então República Federal da Alemanha outorgou a Frankl a comenda da Grande Cruz com Estrela de Merecimento, por seus méritos na reconciliação teuto-judaica (Karwatzki *in* Frankl et al, 1990, p. 11).

Do ponto de vista biográfico, é digna de nota a postura política corajosa de Frankl, no pós-guerra. Já em 1946, ele foi um dos pioneiros na luta contra a disseminada “culpa coletiva” (*Kollektivschuld*), que norteou a política de “desnazificação” das sociedades alemã e austríaca por parte dos aliados, buscando incutir nestas uma atmosfera de responsabilização coletiva pelos crimes contra a humanidade. Carl Jung é tido como o pioneiro na introdução e defesa da expressão “culpa coletiva” no mundo intelectual de fala alemã, por meio de seu artigo “Depois da

¹ Listadas no sítio *online* do Viktor Frankl Institute de Viena (http://www.viktorfrankl.org/e/institute_wwE.html), acesso em 07/07/2015.

² Foi, provavelmente, em conta do pioneirismo de Frankl na defesa da dignidade humana no âmbito da saúde mental, que

o pensador vienense refletiu que, se é verdade que há um movimento logoterapêutico, este se constitui como um movimento pelos direitos humanos (Frankl, 2011, p. 207).

Catástrofe”³. As forças de ocupação americanas e britânicas também se engajaram numa feroz campanha publicitária de culpabilização coletiva, gerando um forte impacto na cultura alemã a partir dali⁴ (Olick, 2003). Ora, sabemos que Frankl cita vários exemplos de indivíduos que, no contexto da guerra, agiram de maneira nobre e altruísta para com os prisioneiros, apesar de, oficialmente, trabalharem para o regime de Hitler, e de judeus que sabotaram os próprios colegas ou agiram violentamente contra estes, apesar de dividirem a condição de vítima: “Quem fala de *culpa coletiva* comete uma injustiça consigo próprio” (Frankl, 2010, p. 121). Nesse sentido, aproximou-se do pensamento de Hannah Arendt, que defendeu não existirem “(...) coisas como a culpa coletiva ou a inocência coletiva. A culpa e a inocência só fazem sentido se aplicadas aos indivíduos” (Arendt, 2004, p. 91).

Logo, cremos ser razoável afirmar que o primeiro passo no sentido de compreender a herança política do pensamento de Frankl reside na crítica do psiquiatra vienense à sociedade contemporânea. Afinal, que sociedade foi – ou é – essa para a qual algo como uma logoterapia tem tanto a dizer? Ora, certamente, foi esta mesma sociedade que transformou o livro “*Man’s Search for Meaning*” [“Em Busca de Sentido: Um Psicólogo no Campo de Concentração”] num best-seller de alta influência no mundo todo, com quase doze milhões de cópias vendidas, nove milhões das quais, apenas nos Estados Unidos⁵. Sobre o significado desse sucesso editorial, vale a pena ouvir o próprio Frankl:

(...) em primeiro lugar, vejo no status de best-seller do meu livro não tanto como uma conquista e realização da minha parte, mas uma expressão da miséria dos nossos tempos: se centenas de milhares de pessoas procuram um livro cujo título promete abordar o problema do sentido da vida, deve ser essa uma questão que está incomodando muito (Frankl, 1985, p. 10).

³ Ensaio incluído no volume “Aspectos do Drama Contemporâneo”, das obras completas de Jung, pela Editora Vozes (1988).

⁴ Também é digna de nota a obra de Karl Jaspers sobre o tema. Para um aprofundamento deste tópico, sugere-se o

Ora, Frankl qualifica, claramente, o fenômeno do “vácuo existencial” – enquanto forma privada e pessoal de niilismo – como o grande desafio contemporâneo à psicologia, à psiquiatria e à educação. Ainda que o sentimento de falta de sentido, tomado em si mesmo, não constitua, necessariamente, um sintoma neurótico, mas um ato especificamente humano, sua cronificação pode levar ao que Frankl chamou de neuroses noogênicas, que são transtornos fenopsíquicos – isto é, que possuem sintomatologia psicológica (tais como depressão, abuso de substância, ansiedade etc), mas etiologia no plano noético ou espiritual, seja enquanto uma frustração existencial mal administrada ou uma crise de consciência, um conflito ético. Mas, para Frankl, é claro que o sentimento generalizado de que a vida não tem sentido não pode ser compreendido isoladamente de certas tendências sócio-políticas que se desenvolveram no último século, sob um processo ao qual Frankl se referiu como uma “neurotização da humanidade” (Frankl, 2003b). A tese básica desse novo contexto sócio-histórico pode ser descrita como uma tendência sistemática à negação do sentido da vida, em níveis de massa.

A argumentação inicial de Frankl sobre a causa – ou, como ele, ocasionalmente, prefere, as “condições de possibilidade” – do vácuo existencial nos remete a uma dupla perda sofrida pelo homem em seu processo evolutivo, tanto do ponto de vista biológico, quanto cultural (Frankl, 1985). A princípio, no início da história, o homem foi perdendo alguns dos instintos biológicos básicos, que regulam, deterministicamente, o comportamento do animal, assegurando sua sobrevivência. Surgiu aí, no processo de humanização, um *gap* na relação entre instinto, comportamento e ambiente. O *Homo sapiens* conheceu a liberdade, a necessidade de tomar decisões, de fazer escolhas. Isto é, ao contrário do que ocorre com o mundo animal, os instintos não dizem ao homem o que ele *tem* de fazer. Em outras palavras, a realidade instintiva e

artigo “Tempos Sombrios: Karl Jaspers e a Culpa Alemã” (Medeiros, 2012).

⁵ Segundo dados da própria Editora Beacon Press. Disponível em: <http://www.beacon.org/Mans-Search-for-Meaning-P1048.aspx>. Acesso em 10/10/2015.

pulsional do ser humano não dá conta de impor os limites finais de seu mundo, de suas possibilidades de ação. Aqui, cabe ter em mente que, para Frankl, “ (...) a verdadeira natureza do homem é sua cultura; enquanto cada animal possui seu meio ambiente adequado, o homem tem acesso a um mundo do sentido” (Frankl, 1991, p. 127). E esse sentido não é acessado pela via pulsional.

A segunda perda é mais recente e diz respeito à diminuição do papel da tradição em definir o lugar da ação humana no mundo. Frankl argumenta que, na contemporaneidade, em oposição ao que ocorria nas sociedades dos séculos passados, a tradição já não dá a última palavra ao homem sobre o que ele *deve* fazer. Perdido nesse confuso estado de coisas, o homem de hoje parece, muitas vezes, já nem saber o que quer. Logo, a consequência desse fenômeno parece dividir-se, por um lado, num processo de massificação da sociedade, cuja regra reside no mimetismo, na imitação social e conformista de contentar-se em “fazer o que os outros fazem” – e, por outro, na abertura, numa vulnerabilidade a um poder totalitário: o “fazer o que os outros querem que eu faça”. Em suma: temos aí adoção do conformismo como estilo de vida e a abertura ao totalitarismo como regime político possível. Não é sem razão que Frankl repetiu, incansavelmente, que, a princípio, qualquer nação é ainda capaz de um novo holocausto (Frankl, 2014, p. 317).

Exposta a emergência desse duplo quadro de condições de possibilidade para o vazio existencial, a fórmula que guia a reflexão de Frankl no âmbito da presente discussão é a de que: “Existem, decerto, paralelos entre a patologia individual e a social” (Frankl, 1978, p. 51). E é com esse pensamento em mente, que podemos compreender, em princípio, o que o pai da logoterapia entendeu como a “neurose coletiva”

⁶ Compreensão derivada da formulação “*quasi-neurosis*” (Frankl, 2004), na qual o prefixo latino “quasi” tem o sentido comparativo de “como que”, “a modo de”.

⁷ A primeira edição de “*Theorie und Therapie der Neurosen*” data de 1956.

⁸ Como veremos, Frankl também denunciou – servindo-se de uma refinada psicologia política – as relações de cumplicidade entre o vazio existencial (enquanto forma privada de niilismo) e o interesse totalitário, anunciando a necessidade de uma psico-higiene coletiva, contra uma coletiva que, certamente, teria impactos políticos e sociais. Não é por mero neurose

dos tempos atuais. Frankl define “neurose”, no sentido estrito do termo, como um transtorno de origem psíquica. Isto é, sua causa é psicológica. No sentido clínico, concebeu, ainda, neuroses somatogênicas, noogênicas e sociogênicas. Mas quando o vienense menciona a “neurose coletiva”, refere-se a tal fenômeno como uma espécie de metáfora⁶, aludindo a ela como uma neurose no sentido “paraclínico” do termo. Não se trata de uma pandemia de neuroses no sentido clínico, mas de um conjunto de atitudes doentias que demonstraram ganhar alta prevalência e influência social. Desse modo, um indivíduo pode, ao mesmo tempo, estar livre de uma neurose no sentido clínico, mas ver-se possuído por uma neurose coletiva.

A esse respeito, o século vinte assistiu à ascensão dos mais diversos tipos de mecanismos institucionais, políticos, sociais e culturais para desonerar a ação humana de seu caráter de liberdade e de responsabilidade, buscando transformar o homem numa caricatura manipulável, dócil e apática. Já na década de 1950⁷, Frankl denunciara os quatro “sintomas” fundamentais daquilo que chamou de “patologia de nosso tempo”: 1) atitude provisória diante da vida, 2) a orientação fatalista perante a existência, 3) o pensamento coletivista e, por fim, 4) o fanatismo. Antes de nos debruçar sobre cada um de tais sintomas⁸, cabe lembrar o comentário de James Dubois (*in* Frankl, 2004, p. xxiv) sobre sua tradução ao inglês da obra *Theorie und Therapie der Neurosen*. No texto introdutório, Dubois afirma que, nas 4 décadas posteriores em que revisou a obra, Frankl não havia mudado sua concepção sobre esses traços fundamentais.

O primeiro dos sintomas – a atitude provisória diante da vida – se enraíza num modo de vida imediatista cujas origens remontam aos tempos de guerra (Frankl, 1990). Falamos, aqui, de

recurso retórico que Frankl afirma que as câmaras de gás nasceram não apenas nos gabinetes ministeriais de Berlim, mas também nos laboratórios e salas de aula de cientistas e pensadores niilistas (Frankl, 2003b, p. 45). Para ele, a neurose coletiva, ao invés de ser uma consequência da guerra, pode bem ser uma de suas causas. É por isso e nesse contexto que o vienense relata a existência de quatro traços psicológicos disfuncionais que têm relação direta com a forma pela qual a ideologia do nacional-socialismo se desenvolveu.

um modo de existência marcado pela incerteza sobre o “dia seguinte”: não há, do ponto de vista psicológico, absolutamente, nada que garanta a sobrevivência para o amanhã. Deste modo, o indivíduo é tomado por um sentimento de provisoriedade existencial, que fixa todos os seus esforços num “hoje” sem perspectiva alguma de futuro, sob o peso psíquico da efemeridade. Nesse modo de ser, abre-se o campo para a dominação instintiva: “O homem que vive em função de um único dia, invariavelmente, vive sujeito à dominação dos instintos” (Frankl, 1990, p. 40). Desta forma, a insegurança onipresente quanto ao futuro acaba por gerar uma espécie de lema pessoal: “não vale a pena” (Frankl, 1978, p. 225). Em suma, propaga-se o sentimento de que não vale mais a pena ser responsável pela própria vida. A existência provisória, cuja analogia com a vivência do homem de guerra permanece fecunda até hoje, promove, então, uma unidimensionalização temporal quanto ao presente, engessando o real e asfixiando o conhecimento das possibilidades de valor: não sabemos o que o amanhã nos reserva, portanto, para quê agir? Para quê fazer diferente?

O segundo sintoma – a orientação fatalista – constitui mais uma das estratégias de negação social da responsabilidade e caracteriza-se pela convicção a respeito de uma espécie de poder que tenha condições reais de destituir o ser humano de sua condição ontológica de ser livre e responsável. Frankl ilustra essa experiência, não com a imagem do homem de guerra, mas com a do homem do cativo (Frankl, 1978, p. 225). Trata-se de uma crença (muitas vezes, promovida ideologicamente) nas mais diversas formas de predeterminação do destino. Sim, estamos falando aqui de um “destino selado e inexorável”, que faz com que o homem acredite em que tudo já está determinado de antemão, não importando o que se venha a fazer. No âmbito desse sintoma, Frankl reconheceu os três principais tipos de “destino” relacionados às três formas clássicas de reducionismo: o biologismo, o psicologismo e o sociologismo. Isto é, cada uma dessas abordagens faz o homem ver a si mesmo como, respectivamente, “um autômato movido por reflexos, um aparelho psíquico, ou um produto do sangue e da terra, da hereditariedade e do meio ambiente; em qualquer dos casos, uma criatura

irresponsável e sem liberdade” (Frankl, 1978, p. 225). Do slogan “não vale a pena”, da existência provisória, mudamos, aqui, para um “não depende de mim” fatalista. Em ambos os casos, trata-se de uma escusa para a ação: seja pela desnecessidade ou pela inviabilidade do agir. Contra isso, Frankl assevera: “Mesmo em se admitindo que estivesse iminente a hecatombe planetária de uma terceira guerra mundial, nosso esforço desenvolvido todo dia e toda hora continuaria válido” (Frankl, 1990, p. 41).

O pensamento coletivista é o terceiro dos sintomas da patologia do espírito da época e caracteriza-se pela despersonalização do indivíduo livre e responsável, através de sua diluição na massa indiferenciada, no rebanho social. Nesse caso, a orientação das ações humanas vai sempre no mesmo sentido da desoneração quanto à responsabilidade pessoal. O indivíduo não se vê mais como alguém que se move através de escolhas pessoais, nem por alguém que seja reconhecido por suas realizações singulares, pois passa a crer que a imersão na coletividade, aparentemente, o isenta dessa demanda. Eu já não existo como ser humano único, mas como um membro de uma coletividade despersonalizante. Marshall Rosenberg (2006, p. 43), psicólogo humanista criador da comunicação não-violenta, comenta como Adolf Eichmann, tenente-coronel da SS, respondeu à pergunta sobre se fora difícil mandar milhares de pessoas para a morte. Eichmann, em seu famoso julgamento, respondera que não havia sido difícil. Por quê? Por causa da *Amtssprache*: a linguagem burocrática que se usava no âmbito do aparelho de Estado. Tratava-se de uma forma de linguagem que negava a responsabilidade pessoal, com jargões do tipo “eu tive que fazer”, “é a lei”, “estava cumprindo ordens”, “é a ordenação política”. Vemos aí – por que não? – uma forma de se render ao coletivismo, a fim de sumir na massa:

O nacional-socialismo, com seus critérios unicamente coletivos e globais, foi o principal educador do homem no rumo do pensamento coletivista. Bastava ser alemão, quer dizer, pertencer à ‘nação alemã’ para merecer um ponto positivo; em compensação, bastava ser judeu para encher-se de culpa. Infelizmente, mesmo aqueles que deveriam curar essa enfermidade de massa

também se deixaram contagiar – do contrário não se compreenderiam as alusões à “culpa coletiva”. Bastava ser alemão para incorrer em culpa, ou ser alvo de zombarias na condição de “prussiano” ou “burguês”. Ora, quem se refere globalmente aos “pequenos-burgueses” pode ser considerado igual aos que aludiam aos “judeus” num enfoque também globalizante. Emitir juízes coletivistas serve, afinal, para fugir à responsabilidade de uma opinião pessoal. Ocorre, assim, que a maioria das pessoas hoje em dia não tem opiniões, as opiniões é que as “têm” (Frankl, 1978, p. 225).

Nesse ponto, adiantando tópico que aprofundaremos adiante, temos que advertir sobre a distância conceitual que existe entre a noção de “coletivo” que Frankl critica e o sentido mesmo de “comunidade”, que exige, por definição, a singularidade de seus membros para que venha a existir. Aqui, cabe o esclarecimento⁹:

O sentido da individualidade só se atinge plenamente na comunidade. Nesta medida, o valor do indivíduo depende da comunidade. De modo que, se a comunidade, por si, tiver sentido, não poderá prescindir da individualidade dos indivíduos que a formam; na massa, em contrapartida, desaparece o sentido da existência única e individual de cada homem, e não pode deixar de desaparecer, já que tudo quanto tiver a peculiaridade de algo único atua nela como fator de perturbação. (...) o fugir para a massa representa algo como uma fuga à responsabilidade individual. (...) Mas essa tendência para fugir da responsabilidade é o motivo de todos os coletivismos. Uma verdadeira comunidade é essencialmente comunidade de pessoas responsáveis, ao passo que a pura massa é apenas uma soma de seres despersonalizados (Frankl, 2003, pp. 116-118. Grifos originais).

Ou seja: a comunidade se enriquece com a singularidade do indivíduo, como num mosaico, em que cada pequena parte tem seu valor por ser única naquele arranjo. Frankl chega a qualificar a

comunidade como uma **tarefa essencial** na vida humana (Frankl, 2014, p.20).

O quarto dos sintomas sociais descritos por Frankl é o fanatismo, que ocorre como correlato radical do pensamento coletivista. Absorvido pela massa, o indivíduo já não entra em contato com sua singularidade, que não se mostra no mundo, ficando desconhecida até para a própria pessoa. Nesse processo, o indivíduo acaba, também, negando a singularidade do ser pessoal do outro, do diferente, tornando-se aquilo que Frankl descreveu como o fanático: o representante da massa que, possuído pela opinião pública, nega a dignidade do ser humano que pensa diferente, colocando acima de qualquer consequência, os ideais em que foi imerso. Tudo para o fanático não passa de um meio para um fim. Frankl fala do fanatismo como “epidemia psíquica”, cujos agentes patogênicos seriam os *slogans*, as palavras de ordem, que, uma vez “lançados no seio das massas provocam uma reação em cadeia psicológica, mais perigosa do que a reação em cadeia física que serve de base à bomba atômica” (Frankl, 1978, p. 230). Na crítica do psiquiatra vienense, é impossível compreender os fenômenos totalitários do século XX sem recorrer ao fenômeno do fanatismo:

O totalitarismo converteu o homem em fanático. O que é o totalitarismo fica bem claro na seguinte frase de Hitler: “A política é um jogo que são permitidos todos os truques”. Bem, desde o tempo em que Hitler pronunciou essas palavras até hoje, importa cada vez menos saber que objetivos persegue uma política do que os meios de que ela se serve para alcança-los. Em outras palavras: o que importa não é a finalidade, é o estilo da política (Frankl, 1978, p. 227).

Em suma, tais fenômenos – existência provisória, fatalismo, coletivismo e fanatismo – seriam os quatro traços psíquicos disfuncionais que tipificaríamos nossa era. Em todos eles, vemos uma raiz comum: o medo da liberdade e a fuga à responsabilidade. Para cada traço, Frankl propôs,

⁹ “Se chamarmos de “coletivo” tudo que se opõe ao verdadeiro sentido de “comunidade”, torna-se evidente que todo sociologismo se baseia, no fundo, num pensamento coletivista. Digamos, de passagem, que nos casos em que o

pensamento coletivista leva a uma valoração coletivista, o padrão de medida passa a ser a utilidade social, ficando de fora a dignidade pessoal” (Frankl, 1978, p.223).

ainda, uma analogia clínica (Frankl, 1978). No caso da existência provisória, teríamos, sob paralelo com o transtorno psiquiátrico, um quadro de mania. Aqui, o indivíduo se pergunta: para quê agir, se amanhã mesmo tudo pode estar acabado? O segundo traço, a atitude fatalista, diz respeito à crença no poder de um destino selado, contra o qual não se pode lutar. Nesse caso, o indivíduo crê na impossibilidade da ação. Tudo já concorre para um fim que está fora do alcance individual. A analogia clínica aqui se dá com o quadro de melancolia. O terceiro traço, o pensamento coletivista, como vimos, diz respeito à diluição do indivíduo na massa. O indivíduo passa a desconhecer-se como singular e único. Sua analogia clínica, segundo Frankl, se dá com a esquizofrenia catatônica, com o esgotamento das iniciativas e interesses próprios. Por fim, temos o fanatismo, que se define pela negação do ser pessoal do outro, pela invalidação apriorística da postura e do pensamento que não se acomode à massa. A analogia clínica do fanatismo se dá com o quadro de paranoia. Frisamos que todos esses traços, contudo, só se desenvolvem na medida em que cada indivíduo desrespeita sua consciência moral, por meio de uma fuga à responsabilidade e um medo da liberdade. Nesse contexto, outra tese da psicologia política de Frankl diz respeito à ideia de que, em todas as épocas, existe uma afinidade entre certos transtornos mentais, de um lado, e determinadas orientações políticas de outro. Para Frankl, os psicopatas têm sempre uma tendência ao extremismo, ao radicalismo político.

O pai da logoterapia crítica, igualmente, a sociedade industrial, que objetiva satisfazer, se possível, todas as necessidades humanas, bem como o efeito colateral que ela acarreta, que é a sociedade de consumo – esta, que, por sua vez, busca criar novas necessidades, para que a indústria as satisfaça. Além disso, a industrialização em massa¹⁰ se consolida por meio da instrumentalização do indivíduo com fins econômicos e de uma urbanização aguerrida, que, segundo Frankl, “desenraiza o homem, na medida em que o aliena das tradições e dos valores

¹⁰ “Desde Kant o pensamento europeu soube pronunciar-se com clareza pela autêntica dignidade do homem: o próprio Kant disse, na segunda formulação do seu imperativo categórico, que cada coisa tem o seu valor, o homem, porém, tem dignidade – o homem não deve jamais tornar-se meio para um fim. Mas já na *ordem econômica* da última década as

mediados pelas tradições”. E segue, indicando uma população específica a sofrer mais diretamente o problema: “Compreende-se por si mesmo que, sob tais circunstâncias, sobretudo a nova geração tenha de sofrer do sentimento de ausência de sentido, avaliação em favor da qual falam também os resultados de pesquisas empíricas” (Frankl, 2014, p. 283).

O vazio existencial, segundo Frankl, tem, ainda, se manifestado sintomaticamente sob a forma predominante de tédio, enquanto incapacidade de interessar-se por algo, e apatia, como incapacidade de tomar iniciativa para algo. Este binômio – tédio e apatia – se traduz estatisticamente em índices crescentes de depressão, agressão, adição e inflação da sexualidade (Frankl, 2003b). Isto é, diante do vácuo existencial de nossa era, assistimos ao aumento dos números de suicídio, criminalidade e dependência química, além do estabelecimento de um tipo volátil de sociabilidade no âmbito afetivo-sexual. O pai da logoterapia propõe, nesse sentido, uma analogia quanto a um órgão físico que se atrofia: nos espaços vazios deixados, vão crescendo e se acumulando células de gordura. Todos esses fenômenos citados seriam, então, a adiposidade que se prolifera no vazio existencial de nosso tempo, segundo a metáfora proposta:

Pois bem, nós, médicos, sabemos, por meio da patologia, que há algo assim como um assim chamado aumento da adiposidade, ou seja, sabemos que lá, onde um órgão se atrofia, lá onde, portanto, digamos no caso de um coração em processo de envelhecimento, as células musculares perecem, cresce nos espaços livres que surgem daí tecido adiposo. Visto em termos de psicologia das massas, acontece algo análogo: também há neste caso um aumento de adiposidade no vácuo existencial, e são justamente esses aumentos de adiposidade que constituem, então, a “patologia do espírito do tempo” (Frankl, 2014, p. 302).

peçoas que trabalham foram em grande parte transformadas em simples meios, degradadas a meios da vida econômica. O trabalho não era mais meio para um fim, para a vida – um meio de vida, mas antes o homem e sua vida, sua energia vital, sua força de trabalho eram meios para um fim” (Frankl, 1990, p. 63).

O último dos condicionantes sócio-políticos do vazio existencial discutidos por Frankl diz respeito à educação. Esta, segundo ele, viria, muitas vezes, a contribuir para o vácuo existencial, ao invés de imunizar os estudantes contra ele. Para o vienense, o modo unilateral e reducionista por meio do qual as descobertas da ciência são apresentadas, frequentemente, acaba por se transformar numa doutrinação para uma filosofia de vida relativista e para uma concepção mecanicista do ser humano (Frankl, 2011, p. 108). A necessidade metafísica do homem é reprimida para o que Max Scheler concebeu como “ligeireza metafísica” ou, conforme Igor Caruso pensou, um “aborto espiritual” (Frankl, 1978, p. 102). Contrário aos sistemas educacionais doutrinadores dos países comunistas¹¹ durante a Guerra Fria, Frankl defendeu o fim do “ensino para a obediência”, em favor de um “ensino para a consciência”:

Durante mais de 70 anos as pessoas mantiveram no topo na União Soviética a tese de Marx de que a “religião é o ópio do povo”. Entretanto, porém, o marxismo mesmo se transformou em uma religião. No entanto, com a falência da ideologia compulsiva marxista, o que passou a importar deixou de ser, diante dela, levar a termo um ensino para a obediência. Ao contrário, o que precisaria acontecer seria muito mais – gostaria de dizer – a eliminação do ensino para a obediência e a sua substituição deste por um ensino para a consciência (Frankl 2014, p. 302).

Desse modo, o pai da logoterapia declarava, abertamente, sua preferência por viver num mundo em que o homem tenha o direito de fazer escolhas, mesmo que sejam erradas, a ter que viver num espaço político negador de qualquer escolha:

Em outras palavras, eu prefiro um mundo em que, por um lado, um fenômeno tal como um Adolf Hitler possa ocorrer e que, por outro, fenômenos tais como os muitos santos que já viveram possam

também acontecer. Eu prefiro um mundo assim a um mundo de conformismo e coletivismo totais, ou totalitários, em que o homem seja rebaixado e degradado a um mero funcionário de um partido ou do Estado (Frankl, 1967, pp. 13-14).

Principalmente, numa época em que se assiste à derrocada dos valores tradicionais, o papel da educação deve ampliar-se para além da instrução formal, no sentido da preparação para a responsabilidade individual, para aguçar o apelo da consciência no sentido de ouvir – como Frankl costumava escrever – os “dez mil mandamentos relacionados às dez mil situações singulares de que a vida consiste” (Frankl, 2011, p. 10). Uma consciência vivaz também empodera o ser humano com a capacidade de resistir tanto ao totalitarismo quanto ao conformismo. Para o pai da logoterapia, é só nossa consciência que nos permite dizer “não”. E isso bem se encaixa no papel de uma psico-higiene coletiva, que Frankl tanto julgou pertinente, enquanto objeto de uma **psicoterapia social**.

Mas em uma época como a atual, na qual as massas se encontram em um estado de crise espiritual sem precedentes, é mais do que nunca necessário combater essa crise espiritual. Não só os circuitos médicos especialistas, mas também os políticos-culturais e os religiosos têm consciência de sua responsabilidade com respeito a isso; eles sabem que se trata de salvar a humanidade de hoje da última e definitiva queda em um precipício, acima de tudo através da educação. Aqui se delinea algo como a reivindicação por uma psicoterapia social, a necessidade de uma psico-higiene coletiva (Frankl, 1991, p. 12).

Outro tema de particular importância para a análise da natureza política do pensamento de Frankl consiste na contenda específica do pai da logoterapia contra o sociologismo, isto é, contra a redução da pessoa humana a um subproduto de processos de pandeterminação sócio-política, econômica ou estatal.

¹¹ Bom conhecedor da teoria marxista, Frankl foi filiado ao Partido Socialista em sua juventude e, em 1924, chegou a ser presidente da união dos estudantes socialistas da Áustria, confessando que chegara a flertar com a tentação do

sociologismo (Frankl, 1990, p. 116). Na época, suas longas conversas com os colegas, além de discutir a questão Freud e Adler, também buscavam debater as alternativas entre Marx e Lenin.

Mas eu prefiro viver num mundo em que o homem tenha o direito de fazer escolhas, mesmo que sejam erradas, a viver num mundo em que não haja qualquer escolha disponível. Em outras palavras, eu prefiro um mundo em que, por um lado, um fenômeno tal como um Adolf Hitler possa ocorrer e que, por outro, fenômenos tais como os muitos santos que já viveram possam também acontecer. Eu prefiro um mundo assim a um mundo de conformismo e coletivismo totais, ou totalitários, em que o homem seja rebaixado e degradado a um mero funcionário de um partido ou do Estado (Frankl, 1967, pp. 13-14).

Em contraposição à ideologia sociologista, Frankl defendeu uma noção de comunidade que se contrapõe a qualquer coletivismo ou conformismo massificantes. Para o pensador vienense, a comunidade humana se funda no reconhecimento da dignidade e da singularidade de cada indivíduo, naquilo que chamou de “nós” como categoria resultante da relação “eu e tu”, tal como Buber e Ebner a descreveram (Frankl, 2011, pp. 17 – 18). A comunidade precisa do valor singular de cada personalidade para existir, assim como cada personalidade necessita da comunidade para se desenvolver. O sociologismo, portanto, está arraigado num pensamento coletivista, cujo padrão de valor se refere à utilidade social em contraposição à dignidade pessoal. Aqui, Frankl subscreve seu mestre e amigo Rudolf Allers, para quem os seres humanos teriam valor diferente, mas igual dignidade:

O que se deve entender por “vida sem valor”? Vem à mente a ideia de ser inútil. Quem pensa assim, ignora, porém, a diferença entre utilidade e dignidade. A utilidade pode ser medida pela atividade e pela capacidade vital de um indivíduo,

¹² Ainda que existam possibilidades de valor que prescindam da orientação à comunidade, tal como se depreende dos valores vivenciais: “Nomeadamente, sempre que se trata do que nós classificamos como valores vivenciais, nenhuma validade pode reclamar o padrão do útil para a comunidade” (Frankl, 2003, p. 136).

¹³ “Quando mais um homem é diferenciado, tanto menos corresponde à norma – quer no sentido de média, quer no de ideal; mas é pelo preço desta normalidade ou idealidade que adquire a sua individualidade. No entanto, o significado desta individualidade é sempre orientado e referido à comunidade.

sua utilidade vital e social. A dignidade de um homem – de um homem como pessoa – permanece intacta depois da perda da utilidade ocasionada pela desorganização psicofísica da pessoa espiritual. Assim como a pessoa espiritual está “atrás” – atrás do acontecimento mórbido psicofísico – também a sua dignidade está “por cima” – por cima da perda de valor biossocial, pois essa perda refere-se “ao ipso” à simples utilidade. É exatamente isso o que Rudolf Allers tinha em mente quando disse que homens diferentes têm valor diferente, mas dignidade igual. Eles têm dignidade igual como pessoas espirituais que são, mas não como organismos psicofísicos nem como indivíduos vitais-sociais (Frankl, 1978, pp. 119 - 120).

Insistimos: para Frankl, o sentido da individualidade só se plenifica no interior da comunidade humana. Uma verdadeira comunidade não pode prescindir da individualidade de seus membros, ao passo em que a massa faz desaparecer o sentido da existência única de cada homem. Tudo que dissonar da ordem imposta pela figura do “dirigente” aparece como fator de perturbação. Aqui, Frankl esclarece que essa unicidade do ser humano, que é fomentada numa comunidade autêntica, este caráter de singularidade absoluta não diz respeito ao mero ser-diferente, tal como constatamos em nossas impressões digitais. A unicidade que é valiosa é aquela que se orienta para a comunidade¹², diante da qual o homem se vê como insubstituível, na sua necessária restrição de capacidades e interesses particulares¹³.

Até aqui, pudemos observar como Frankl desenvolveu sua escola psicológica em sintonia crítica com a história do século XX. A logoterapia não deixa de reconhecer a influência social na constituição do sujeito, mas nega o

Com efeito, assim como o caráter único e peculiar só confere valor ao pequeno fragmento do mosaico em relação ao todo respectivo, assim também o sentido do “caráter de algo muito único” de qualquer personalidade humana reside exclusivamente no que ela significa em ordem a um todo superior. Desta maneira, o sentido da existência pessoal, enquanto pessoal, *o sentido da pessoa humana enquanto personalidade, está numa referência que lhe ultrapassa os limites, apontando para a comunidade; na sua orientação para a comunidade, transcende-se a si mesmo o sentido do indivíduo*” (Frankl, 2003, pp. 114-115, grifos nossos)

pandeterminismo sociologista, em favor da autonomia da consciência individual em busca de sentido. O quadro produzido pela análise política de Frankl é, contudo, preocupante: a “neurose coletiva” caracterizada por ele persiste em dimensões sem precedentes. Nesse sentido, a logoterapia defende que a finalidade da terapia para essa neurose coletiva é a mesma da modalidade individual: o apelo à consciência da responsabilidade. O pensador vienense reconheceu o pessimismo social do pós-guerra, com a desilusão generalizada para com a fé no progresso automático da humanidade, mas – frente a esse estado de coisas – levantou uma voz de esperança: o pessimismo pós-holocausto não implica fatalismo. Pelo contrário! É esse pessimismo que impulsiona o ativismo, depois que a humanidade presenciou o que homem é capaz de fazer (Frankl, 1978, p. 228).

A humanidade chegou a um máximo de saber, de conhecimento técnico e, por conta disso, a um máximo de responsabilidade no que diz respeito às possibilidades de uso desse saber. O que ainda nos falta, segundo Frankl, é a consciência dessa responsabilidade, já que, como ele mesmo insiste em seus escritos, desde Auschwitz, sabemos das atrocidades de que o homem é capaz e, desde Hiroshima, sabemos do alcance que essas atrocidades podem ter (Frankl, 1985, p. 129). Nesse sentido, uma logoterapia social teria, primeiramente, que se focar no combate ao fatalismo, no sentido de desfazer a ideia de que o homem é um autômato. Para Frankl, nada, na trajetória humana, vem de um automatismo, nem em pequena, nem em grande escala:

Nesse caminho, o que mais importa é opor-se ao fatalismo. A condição prévia é que o homem deixe de ser considerado um autômato. Na vida humana não há automatismo, nem em pequena nem em grande escala. Não existe progresso automático nem decadência automática do mundo, do Ocidente, etc. A superação do fatalismo baseia-se no conhecimento de que ninguém é anônimo e que toda situação é histórica, nem que seja no sentido da autobiografia, da história não escrita da própria vida (Frankl, 1978, p. 229).

Mas que posição política Frankl subscreve? É um liberal? Um conservador? Um social democrata? Ora, para o pai da logoterapia, tais denominações não alcançam o que realmente importa. Em seus escritos, Frankl não se mostra partidário de uma posição política, mas de um **compromisso político**, inscrevendo uma fronteira ética que define dois tipos fundamentais de política e de políticos: o tipo de política em que os fins justificam os meios, e o tipo de política consciente de que há meios que podem profanar o mais santo e justificável dos fins (Frankl, 2014, p. 317). Nessa distinção só a consciência individual pode ajudar.

O totalitarismo converteu o homem em fanático. O que é o totalitarismo fica bem claro na seguinte frase de Hitler: ‘A política é um jogo que são permitidos todos os truques’. Bem, desde o tempo em que Hitler pronunciou essas palavras até hoje, importa cada vez menos saber que objetivos persegue uma política do que os meios de que ela se serve para alcançá-los. Em outras palavras: o que importa não é a finalidade, é o estilo da política. Existem dois estilos em política e dois tipos de políticos. Para uns, o fim santifica os meios, enquanto outros têm plena consciência de que certos meios são capazes de profanar os fins mais puros. De qualquer maneira, não é verdade que o fim justifique o meio; não pode ser verdade, nem que seja pelo fato de que para o homem ao qual todos os meios pareçam bons, tampouco o fim será sagrado (Frankl, 1978, p. 227).

Esse posicionamento do pai da logoterapia se torna mais compreensível como uma particularização de sua famosa “distinção radical” (Frankl, 2011). Contra a loucura racial do programa nacional-socialista, Frankl declara, provocativamente, a existência de apenas duas “raças”: a dos homens decentes e a dos homens torpes. Ora, esta tipologia racial atravessa todas as nações e todos os partidos, independentemente de ideologia manifesta. Para o pai da logoterapia, os homens decentes sempre foram a minoria. O problema crucial se manifesta, contudo, no momento em que o sistema político é tomado e dominado pelo segundo grupo. E, contra isto, nenhum país está imune. Esta é a razão pela qual Frankl afirmou, no discurso em memória aos

cinquenta anos da anexação da Áustria pela Alemanha nazista, que, em princípio, qualquer nação é capaz de um novo holocausto:

Precisamos nos haver com o fato de que os homens decentes foram a minoria e também permanecerão assim até onde podemos ver. O perigo só aparece, contudo, quando um sistema político leva os homens indecentes, ou seja, a seleção negativa de uma nação, para a superfície. Em contrapartida, nenhuma ação está imune a isso, e, neste sentido, toda nação é por princípio capaz de holocausto! (Frankl, 2014, p. 279)

Assumindo a segunda versão do imperativo categórico kantiano, Frankl declara, ainda, que, no âmbito político, o ser humano jamais pode ser rebaixado ideologicamente a um mero meio ou instrumentalizado para a consecução de um fim. Contudo, segundo ele, faz parte essencial do fanatismo político atrelar o indivíduo a metas políticas, que não recuam diante da dignidade humana. Para o pai da logoterapia, o fanatismo, sob o pretexto de politizar o homem, ataca sua dignidade. Ora, mais importante do que politizar o homem – nos diz Frankl – é humanizar a política (Frankl, 1978, p. 227).

Se é verdadeiro o argumento de que há meios que destituem de sentido qualquer fim, o problema da guerra, compreendida enquanto “política defendida por outros meios” (Frankl, 1978, p. 52), traz à tona uma última reflexão de Frankl pertinente ao tema deste capítulo. Sabemos que a política chega ao ápice de sua letalidade e irracionalidade na guerra, e sobre o assunto, o encerramento da célebre carta de Freud a Albert Einstein diz:

E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo. Mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das conseqüências de uma guerra futura, venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar (Freud, 1974, p. 254).

Frankl, por sua vez, arrisca, nesse sentido, um caminho possível, tendo em mente a vontade de sentido humana, agora, pensada numa escala global. Diz ele: “É também minha convicção a de que a humanidade só terá chance de sobreviver se encontrar uma tarefa que todos possam desempenhar solidariamente, animados por uma mesma vontade de encontrar um sentido” (Frankl, 1978, p. 59). Mais do debruçar-se em estudos que nos fazem crer que a violência e a guerra são nosso destino inexorável – tal como as pesquisas sobre os potenciais agressivos, a humanidade deveria buscar um objetivo unificador, a fim de consolidar uma vontade comum de um sentido comum. Essa foi a diretriz deixada por Frankl para as pesquisas sobre a paz: a causa do **monantropismo**.

A união em torno dessa causa comum se relaciona profundamente com a maior bandeira política de Frankl, que é a da luta por um sentimento unificado de humanidade, por um ideal de humanidade única, que ultrapasse todas as cores, seja da pele, seja de partidos políticos – que ultrapasse, por fim, todo o narcisismo de nossas pequenas diferenças, tendo em vista a força muito maior que nos une: nossa natureza humana em busca de um sentido.

BIBLIOGRAFIA

- Arendt, H. (2004). *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bock, A. M. B. et al. (2007). Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". *Psicologia & Sociedade*, v. 19, p. 46-56. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500018>.
- Frankl, V. E. (1967). *Psychotherapy and Existentialism*. Nova Iorque: Washington Square Press.
- Frankl, V. E. (1978). *Fundamentos antropológicos da psicoterapia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Frankl, V. E. (1985). *Em Busca de Sentido*. [Trad. W. Schlupp & C. Aveline]. Petrópolis: Editora Vozes.
- Frankl, V. E. (1990). *A questão do sentido em psicoterapia*. Campinas: Papirus.

- Frankl, V. E (1991). *A Psicoterapia na Prática* [Trad. C. M. Caon]. Campinas: Editora Papirus.
- Frankl, V. E (2000b). *Recollections: an autobiography*. Cambridge: Basic Books.
- Frankl, V. E (2003). *Psicoterapia e Sentido da Vida* [Trad. A. M. de Castro]. São Paulo: Quadrante.
- Frankl, V. E (2004). *On the Theory and Therapy of Mental Disorders: An Introduction to Logotherapy and Existential Analysis*. New York: Brunner-Routledge.
- Frankl, V. E (2011). *A Vontade de Sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia*. São Paulo: Paulus.
- Frankl, V. E (2014). *Logoterapia e análise existencial: textos de seis décadas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freud, S. (1974) *Reflexões para os tempos de guerra e morte*, edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).
- Olick, J. K. (2003) The Guilt of Nations? *Ethics and International Affairs*, 17[2], pp. 109-117.
- Medeiros, D.A. (2012), Tempos Sombrios: Karl Jaspers e a culpa alemã. *Pólemos*, 1, 2, pp. 57-76.
- Pintos, C. G. (2007). *Un Hombre Llamado Viktor*. Buenos Aires: San Pablo Editora.

SOBRE O AUTOR

Ivo Studart Pereira: Possui graduação em Psicologia (2007), mestrado (2009) e doutorado (2017) em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. É tradutor e pesquisador da obra do psiquiatra e filósofo austríaco Viktor Emil Frankl. Atualmente, trabalha como psicólogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), além de ser membro efetivo do Conselho Científico da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial (Gestão 2017-2018).